

76-900
CEL SO FURTADO

FORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO BRASIL

19ª edição

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

F987f Furtado, Celso, 1920-
19.ed. Formação econômica do Brasil / Celso Furtado. – 19. ed.
– São Paulo : Ed. Nacional, 1984.
(Biblioteca universitária ; sér.2. :
Ciências sociais : v.23)

Bibliografia.

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Indústrias
3. Economia – História – Brasil I. Título. II. Série.

84-0113

CDD-330.981
-338.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Condições econômicas 330.981
2. Brasil : Desenvolvimento econômico 338.0981
3. Brasil : Economia : História 330.981
4. Brasil : História econômica 330.981
5. Brasil : Industrialização 338.0981

Capa:

H A N I E L

Proibida a reprodução,
mesmo parcial, e por
qualquer processo, sem
autorização expressa do
autor e dos editores.

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Distribuição e promoção:

Rua Joli, 294 – Fone: 291-2355 (PABX)

Caixa Postal 5.312 – CEP 03016 – São Paulo, SP – Brasil

1984

Impresso no Brasil

A meus pais

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Série 2.^a — Ciências Sociais

Volume 23

Do mesmo autor:

- A Economia Brasileira* (Rio, 1954).
Uma Economia Dependente (Rio, 1956).
Perspectivas da Economia Brasileira (Rio, 1957).
A Operação Nordeste (Rio, 1960).
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (Rio, 1961).
A Pré-Revolução Brasileira (Rio, 1962).
Dialética do Desenvolvimento (Rio, 1964).
Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina (Rio, 1966).
Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico (São Paulo, 1967).
Um Projeto para o Brasil (São Paulo, 1968).
Formação Econômica da América Latina (Rio de Janeiro, 1969).
A Economia Latino-Americana (São Paulo, 1976).

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO
TERRITORIAL

I — Da expansão comercial à empresa agrícola	5
II — Fatores do êxito da empresa agrícola	9
III — Razões do monopólio	13
IV — Desarticulação do sistema	16
V — As colônias de povoamento do hemisfério norte	19
VI — Conseqüências da penetração do açúcar nas Antilhas ...	24
VII — Encerramento da etapa colonial	32

SEGUNDA PARTE

ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL
(Séculos XVI e XVII)

VIII — Capitalização e nível de renda na colônia açucareira ...	41
IX — Fluxo de renda e crescimento	47
X — Projeção da economia açucareira: a pecuária	54
XI — Formação do complexo econômico nordestino	61
XII — Contração econômica e expansão territorial	65

TERCEIRA PARTE

ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA (Século XVIII)

XIII — Povoamento e articulação das regiões meridionais	73
XIV — Fluxo da renda	78
XV — Regressão econômica e expansão da área de subsistência	84

QUARTA PARTE

ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO (Século XIX)

XVI — O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial	89
XVII — Passivo colonial, crise financeira e instabilidade política	93
XVIII — Confronto com o desenvolvimento dos EUA	99
XIX — Declínio a longo prazo do nível de renda: primeira metade do século XIX	106
XX — Geração da economia cafeeira	110
XXI — O problema da mão-de-obra. I. <i>Oferta interna potencial</i>	117
XXII — O problema da mão-de-obra. II. <i>A imigração europeia</i>	123
XXIII — O problema da mão-de-obra. III. <i>Transumância amazônica</i>	129
XXIV — O problema da mão-de-obra. IV. <i>Eliminação do trabalho escravo</i>	136
XXV — Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX	142
XXVI — O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado	151
XXVII — A tendência ao desequilíbrio externo	155
XXVIII — A defesa do nível de emprego e a concentração da renda	161
XXIX — A descentralização republicana e a formação de novos grupos de pressão	168

QUINTA PARTE

ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA UM SISTEMA INDUSTRIAL (Século XX)

XXX — A crise da economia cafeeira	177
XXXI — Os mecanismos de defesa e a crise de 1929	186
XXXII — Deslocamento do centro dinâmico	195
XXXIII — O desequilíbrio externo e sua propagação	204
XXXIV — Reajustamento do coeficiente de importações	217
XXXV — Os dois lados do processo inflacionário	223
XXXVI — Perspectiva dos próximos decênios	233
ÍNDICE ONOMÁSTICO	243
ÍNDICE ANALÍTICO	244

INTRODUÇÃO

O PRESENTE LIVRO pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. Ao escrevê-lo o autor teve em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para as pessoas — cujo número cresce dia dia — desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país. A preocupação central consistiu em descortinar uma perspectiva o mais possível ampla. Na opinião do autor, sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos.

Embora dirigindo-se a um público mais amplo, o autor teve, de modo especial, em mente, ao preparar o presente trabalho, os estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular. A assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, ao nível universitário, pela aplicação dessas teorias aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante e sobre a qual possivelmente terá de atuar. Como simples esboço que é, este livro sugere um conjunto de temas que poderiam servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira.

Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos. Sem embargo, as referências bibliográficas, incluídas nas notas de pé de página, poderão apresentar algum interesse do ponto de vista de análise histórico-comparativa.

*Na última parte (principalmente capítulos XXXI a XXXV) o autor seguiu de perto o texto de análise apresentado em trabalho anterior (**A Economia Brasileira**, Rio, 1954). Todavia, os dados quantitativos foram todos revisados e estão agora referidos a suas respectivas fontes. Se bem não haja discrepância no que respeita às conclusões fundamentais entre os dois trabalhos, em muitos pontos a mudança de enfoque ou ênfase e a inclusão de material novo adquirem particular relevância.*

CELSO FURTADO

PRIMEIRA PARTE

Fundamentos econômicos da ocupação territorial

CAPÍTULO I

DA EXPANSÃO COMERCIAL À EMPRESA AGRÍCOLA

A OCUPAÇÃO ECONÔMICA DAS TERRAS AMERICANAS constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica — como fora o caso da Grécia — ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força — caso das migrações germânicas em direção ao ocidente e sul da Europa. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas. O restabelecimento dessas linhas, contornando o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade desse século¹.

(1) O desenvolvimento econômico de Portugal no século XV — a exploração da costa africana, a expansão agrícola nas ilhas do Atlântico e finalmente a abertura da rota marítima das Índias Orientais — constitui um fenómeno autónomo na expansão comercial europeia, em grande parte independente das vicissitudes crescentes criadas ao comércio do Mediterrâneo oriental pela penetração otomana. A produção de açúcar na Madeira e São Tomé alcançou seus pontos altos na segunda metade do século XV, época em que os venezianos ainda conservavam intactas suas fontes de abastecimento nas ilhas do Mediterrâneo oriental. O mesmo se pode dizer do comércio das especiarias das Índias, pois a ocupação do Egito — entreposto principal — pelos turcos só ocorreu um quarto de século depois da viagem de Vasco da Gama. A imediata consequência da abertura da nova rota foi uma brusca queda dos preços das especiarias: os venezianos passaram a comprar pimenta em Lisboa pela metade do preço que pagavam aos árabes em Alexandria. Veja-se sobre este ponto FREDY THIRIET, *Histoire de Venise*, Paris, 1952, p. 104. O grande feito português, eliminando os intermediários árabes, anteci-

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio-século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações européias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. A Espanha — a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo — tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela. Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes, seja como ponto de partida para descobertas compensatórias, seja como plataforma para atacar aos espanhóis. Não fora a miragem desses tesouros, de que, nos primeiros dois séculos da história americana, somente os espanhóis desfrutaram, e muito provavelmente a exploração e ocupação do continente teriam progredido muito mais lentamente.

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. Dessa forma, quando, por motivos religiosos, mas com apoio governamental, os franceses organizam sua primeira expedição para criar uma colônia de povoamento nas novas terras — aliás a primeira colônia de povoamento do continente — é para a costa setentrional do Brasil que voltam as vistas. Os portugueses acompanhavam de perto esses movimentos e até pelo suborno atuaram na corte francesa para desviar as atenções do Brasil. Contudo, tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Esse esforço

pando-se à ameaça turca, quebrando o monopólio dos venezianos e baixando o preço dos produtos foi de fundamental importância para o subsequente desenvolvimento comercial da Europa. Sobre as causas do início da expansão marítima portuguesa veja-se o lúcido estudo de ANTÔNIO SÉRGIO, *A Conquista de Ceuta, Ensaios*, tomo 1, 2.^a edição, Coimbra, 1949.

significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. A miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil — à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses — pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas. Sem embargo, os recursos de que dispunha Portugal para colocar improdutivamente no Brasil eram limitados e dificilmente teriam sido suficientes para defender as novas terras por muito tempo. A Espanha, cujos recursos eram incomparavelmente superiores, teve que ceder à pressão dos invasores em grande parte das terras que lhe cabiam pelo Tratado de Tordesilhas. Para tornar mais efetiva a defesa de seu quinhão, foi-lhe necessário reduzir o perímetro deste. Demais, fez-se indispensável criar colônias de povoamento de reduzida importância econômica — como no caso de Cuba — com fins de abastecimento e de defesa. Fora das regiões ligadas à grande empresa militar-mineira espanhola, o continente apresentava escasso interesse econômico, e defendê-lo de forma efetiva e permanente constituiria sorvedouro enorme de recursos. O comércio de peles e madeiras com os índios, que se desenvolve durante o século XVI em toda a costa oriental do continente, é de reduzido alcance e não exige mais que o estabelecimento de precárias feitorias.

Os traços de maior relevo do primeiro século da história americana estão ligados a essas lutas em torno de terras de escassa ou nenhuma utilização econômica. Espanha e Portugal se crêem com direito à totalidade das novas terras, direito esse que é contestado pelas nações européias em mais rápida expansão comercial na época: Holanda, França e Inglaterra. A Espanha recolhe de imediato pingues frutos que lhe permitem financiar a defesa de seu rico quinhão. Contudo, tão grande é este e tão inúteis lhe parecem muitas das novas terras, que decide concentrar seu sistema de defesa em torno ao eixo produtor de metais preciosos, México-Peru. Esse sistema de defesa estendia-se da Flórida à embocadura do Rio da Prata. Ainda assim, e não obstante a abundância dos recursos de que dispunha, a Espanha não conseguiu evitar que seus inimigos penetrassem no centro mesmo de suas linhas de defesa, as Antilhas. Essa cunha antilhana foi de início uma operação basicamente militar². Contudo,

(2) O povoamento das Antilhas pelos franceses fut envisagé d'abord sous l'angle défense coloniale et attaque en Amérique espagnole. LÉON VIGNOLS, "Les Antilles françaises sous l'ancien régime", *Revue d'Histoire Economique et Sociale*, 1928, p. 34.

nos séculos seguintes ela terá enorme importância econômica, como veremos mais adiante.

Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. Este problema foi discutido amplamente e a alto nível, com a interferência de gente — como Damião de Góis — que via o desenvolvimento da Europa contemporânea com uma ampla perspectiva. Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extra-tiva — idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais — a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra — o trigo — dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados — em razão da insegurança do transporte a grandes distâncias — que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento³. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e — excluída a hipótese de antecipação na descoberta do ouro — dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América.

(3) "Brazil was the first of the European settlements in America to attempt the cultivation of the soil." *The Cambridge Modern History*, Cambridge, 1909, vol. VI, p. 389. É sabido que os espanhóis nas Antilhas e no México tentaram empreendimentos agrícolas com anterioridade aos portugueses. Sem embargo, esses empreendimentos não passaram do estágio experimental.

CAPÍTULO II

FATORES DO ÊXITO DA EMPRESA AGRÍCOLA

UM CONJUNTO DE FATORES PARTICULARMENTE favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola européia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto⁴.

A significação maior da experiência das ilhas do Atlântico foi possivelmente no campo comercial. Tudo indica que o açúcar português inicialmente entrou nos canais tradicionais con-

(4) A técnica de produção do açúcar era relativamente difundida no Mediterrâneo, pois desde a Síria até a Espanha se produzia esse artigo por toda parte, se bem que em escala reduzida. Contudo, a produção de um artigo de primeira classe, como o que se obtinha em Chipre, envolvia segredos técnicos. O fato de que haja referência a um genovês, como principal produtor na Madeira, indica que os italianos — na época senhores da produção e do comércio do açúcar — estiveram presentes na expansão agrícola das ilhas portuguesas do Atlântico. Os segredos da técnica de refinação foram conservados muito mais zelosamente: ainda em 1612 o Conselho de Veneza — cidade que durante muito tempo havia monopolizado a refinação de todo o açúcar que se consumia na Europa — proibia a exportação de equipamentos, técnicos e capitais ligados a essa indústria. Veja-se NOEL DEER, *The History of Sugar*, Londres, 1949, tomo I, p. 100 e tomo II, p. 452.

trolados pelos comerciantes das cidades italianas⁵. A baixa de preços que tem lugar no último quartel do século xv leva a crer, sem embargo, que esses canais não se ampliaram na medida requerida pela expansão da produção. A crise de superprodução dessa época indica claramente que dentro dos quadros comerciais estabelecidos tradicionalmente pelas cidades mediterrânicas, o açúcar não podia ser absorvido senão em escala relativamente limitada. Ocorre, entretanto, que uma das conseqüências principais da entrada da produção portuguesa no mercado fora a ruptura do monopólio, que mantinham os venezianos, do acesso às fontes de produção. Desde cedo a produção portuguesa passa a ser encaminhada em proporção considerável para Flandres. Quando em 1496 o governo português, sob a pressão da baixa de preço, decidiu restringir a produção, a terça parte desta já se encaminhava para os portos flamengos⁶.

A partir da metade do século xvi a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos, inicialmente representados pelos interesses de Antuérpia e em seguida pelos de Amsterdã. Os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa, particularmente o Báltico, a França e a Inglaterra⁷.

A contribuição dos flamengos — particularmente dos holandeses — para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século xvi, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses

(5) O fato de que hajam surgido refinarias fora de Veneza na época em que se expande a produção portuguesa — em Bolonha, por exemplo, a partir de 1470 — pareceria indicar a ruptura do monopólio dos venezianos por essa época. A forte queda de preços que se observa no último decênio do século talvez seja uma conseqüência da passagem de um mercado de monopólio para um de concorrência.

(6) Dom Manuel I fixou, em 1496, a produção máxima em 120 mil arrobas, das quais 40 mil para Flandres, 16 mil para Veneza, 13 mil para Gênova, 15 mil para Chios e 7 mil para a Inglaterra. BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, Lisboa, 1777, iv, cap. v. Citado por N. DEER, *op. cit.*, I, p. 101.

(7) "The date at which the first refinery was built (em Antuérpia) is not on record, but it must have been soon after the beginning of the sixteenth century. (...) By 1550 there were thirteen refineries, increased by 1556 to nineteen. (...) After the enforced closing down of the Antwerp refineries the Continental trade moved to Amsterdam. (...) By 1587 there is ample evidence that a number of refineries were working, of which some had been established by refugees from Antwerp." N. DEER, *op. cit.*, II, p. 453.

eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar. Se se tem em conta, por um lado, as grandes dificuldades encontradas inicialmente para colocar a pequena produção da Madeira, e por outro a estupenda expansão subsequente do mercado, que absorveu com preços firmes a grande produção brasileira, torna-se evidente a importância da etapa comercial para o êxito de toda a empresa açucareira.

E não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países-Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava. O menos que se pode admitir é que, uma vez demonstrada a viabilidade da empresa e comprovada sua alta rentabilidade, a tarefa de financiar-lhe a expansão não haja apresentado maiores dificuldades. Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva⁸.

Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva e a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Demais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a empresa. As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. A possibilidade de reduzir os custos, retribuindo com terras o trabalho que o colono realizasse durante um certo número de anos, não apresentava atrativo ou viabilidade, pois, sem grandes concentrações de capital, as terras praticamente não tinham valia

(8) Se se tem em conta que os holandeses controlavam o transporte (inclusive parte do transporte entre o Brasil e Portugal), a refinação e a comercialização do produto depreende-se que o negócio do açúcar era na realidade mais deles do que dos portugueses. Somente os lucros da refinação alcançavam aproximadamente a terça parte do valor do açúcar em bruto. Ver sobre esse ponto N. DEER, *op. cit.*, II, p. 453.

econômica. Por último, havia a considerar a escassez de oferta de mão-de-obra que prevalecia em Portugal, particularmente nessa etapa de magnífico florescimento da empresa das Índias Orientais. Sem embargo, também neste caso uma circunstância veio facilitar enormemente a solução do problema. Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes nos tempos de Dom Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável⁹.

Cada um dos problemas referidos — técnica de produção, criação de mercado, financiamento, mão-de-obra — pôde ser resolvido no tempo oportuno, independentemente da existência de um plano geral preestabelecido. O que importa ter em conta é que houve um conjunto de circunstâncias favoráveis sem o qual a empresa não teria conhecido o enorme êxito que alcançou. Não há dúvida que por trás de tudo estavam o desejo e o empenho do governo português de conservar a parte que lhe cabia das terras da América, das quais sempre se esperava que um dia sairia o ouro em grande escala. Sem embargo, esse desejo só poderia transformar-se em política atuante se encontrasse algo concreto em que se apoiar. Caso a defesa das novas terras houvesse permanecido por muito tempo como uma carga financeira para o pequeno reino, seria de esperar que tendesse a relaxar-se. O êxito da grande empresa agrícola do século XVI — única na época — constituiu portanto a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas. No século seguinte, quando se modifica a relação de forças na Europa com o predomínio das nações excluídas da América pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal já havia avançado enormemente na ocupação efetiva da parte que lhe coubera.

(9) A idéia de utilizar a mão-de-obra indígena foi parte integrante dos primeiros projetos de colonização. O vulto dos capitais imobilizados que representava a importação de escravos africanos só permitiu que se cogitasse dessa solução alternativa quando o negócio demonstrou que era altamente rentável. Contudo, ali onde os núcleos coloniais não encontravam uma base econômica firme para expandir-se, a mão-de-obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental.

CAPÍTULO III

RAZÕES DO MONOPÓLIO

OS MAGNÍFICOS RESULTADOS FINANCEIROS da colonização agrícola do Brasil abriram perspectivas atraentes à utilização econômica das novas terras. Sem embargo, os espanhóis continuaram concentrados em sua tarefa de extrair metais preciosos. Ao aumentar a pressão de seus adversários, limitaram-se a reforçar o cordão de isolamento em torno do seu rico quinhão. As terras onde estavam concentrados se singularizavam na América por serem densamente povoadas. Na verdade, a empresa colonial espanhola tinha como base a exploração dessa mão-de-obra. A Espanha não chegou a interessar-se em fomentar um intercâmbio com as colônias ou entre estas. A forma como estavam organizadas as relações entre Metrópole e colônias criava uma permanente escassez de meios de transporte; e era a causa de fretes excessivamente elevados¹⁰. A política espanhola estava orientada no sentido de transformar as colônias em sistemas econômicos o quanto possível auto-suficientes e produtores de um excedente líquido — na forma de metais preciosos — que se transferia periodicamente para a Metrópole. Esse afluxo de metais preciosos alcançou enormes proporções relativas e provocou profundas transformações estruturais na economia espanhola. O poder econômico do Estado cresceu desmesuradamente, e o enorme aumento no fluxo de renda gerado pelos gastos públicos — ou por gastos pri-

(10) As Leis das Índias impediam rigorosamente a entrada de barcos não-espanhóis nos portos americanos e limitavam o tráfego com Espanha ao porto de Sevilha. Para esse porto partia da América anualmente apenas uma frota na qual dificilmente se podia obter praça. Mesmo na época em que Portugal estava ligado à Espanha, os equipamentos para os engenhos açucareiros que se fabricavam em Lisboa tinham que transportar-se a Sevilha para serem embarcados a altos fretes para as colônias espanholas. Veja-se RAMIRO GUERRA Y SÁNCHEZ, *Azúcar y Población en las Antillas*, La Habana, 1944, 3.^a ed., p. 50.

vados subsidiados pelo governo — provocou uma crônica inflação que se traduziu em persistente *deficit* na balança comercial. Sendo a Espanha o centro de uma inflação que chegou a propagar-se por toda a Europa, não é de estranhar que o nível geral de preços haja sido persistentemente mais elevado nesse país que em seus vizinhos, o que necessariamente teria de provocar um aumento de importações e uma diminuição de exportações¹¹. Em consequência, os metais preciosos que a Espanha recebia da América sob a forma de transferências unilaterais provocavam um afluxo de importação de efeitos negativos, sobre a produção interna, e altamente estimulante para as demais economias européias. Por outro lado, a possibilidade de viver direta ou indiretamente de subsídios do Estado fez crescer o número de pessoas economicamente inativas, reduzindo a importância relativa na sociedade espanhola e na orientação da política estatal dos grupos dirigentes ligados às atividades produtivas.

A decadência econômica da Espanha prejudicou enormemente suas colônias americanas. Fora da exploração mineira, nenhuma outra empresa econômica de envergadura chegou a ser encetada. As exportações agrícolas de toda a imensa região em nenhum momento alcançaram importância significativa em três séculos de vida do grande império colonial. O abastecimento de manufaturas das grandes massas de população indígena continuou a basear-se no artesanato local, o que retardou a transformação das economias de subsistência preexistentes na região. Não fora o retrocesso da economia espanhola — particularmente acentuado no século xvii¹² — e a exportação de manufaturas de produção metropolitana para as colônias teria necessariamente evoluído,

(11) Os estudos realizados por J. HAMILTON sobre o abastecimento da frota em Sevilha puseram amplamente em evidência que o mesmo se fazia em grande parte com mercadorias importadas, seja manufaturas, seja alimentos. Veja-se, entre vários trabalhos desse autor, *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1610*, Cambridge, Mass., 1934. A luta pela conquista do mercado espanhol passou a ser um objetivo comum dos demais países europeus. COLBERT mesmo escreveu: "*plus chacun Etat a de commerce avec les Espagnols plus il a d'argent*". Veja-se E. LEVASSEUR, *Histoire du Commerce de la France*, Paris, 1911, tomo I, p. 413.

(12) A indicação mais clara dessa decadência se traduz no fato de que entre os censos de 1594 e 1694 a população do país diminuiu 25 por cento. "*Almost all manufacturing cities suffered a catastrophic decline in population (...); Valladolid, Toledo and Segovia, for example, lost more than half of their inhabitants.*" Pela metade do século xviii, Francisco Martinez Mata observava o desaparecimento de inúmeras corporações, inclusive as de trabalhadores do ferro, aço, cobre, estanho e enxofre. Veja-se J. HAMILTON, "*The Decline of Spain*", in *Essays in Economic History*, Londres, 1954, p. 218.

dando lugar a vínculos econômicos de natureza bem mais complexa que a simples transferência periódica de um excedente de produção sob a forma de metais preciosos. O consumo de manufaturas européias pelas densas populações da meseta mexicana e do altiplano andino teria criado a necessidade de uma contrapartida de exportações de produtos locais, seja para consumo em Espanha, seja para reexportação. Um intercâmbio desse tipo provocaria necessariamente transformações nas estruturas arcaicas das economias indígenas e possibilitaria maior penetração de capitais e técnica europeus.

Houvesse a colonização espanhola evoluído nesse sentido e muito maiores teriam sido as dificuldades enfrentadas pela empresa portuguesa para vencer. A abundância de terras da melhor qualidade para produzir açúcar de que dispunha — terras essas bem mais próximas da Europa — a barateza de uma mão-de-obra indígena mais evoluída do ponto de vista agrícola¹³, bem como o enorme poder financeiro concentrado em suas mãos, tudo indica que os espanhóis podiam haver dominado o mercado de produtos tropicais — particularmente o do açúcar¹⁴ — desde o século xvi. A razão principal de que isso não haja acontecido foi, muito provavelmente, a própria decadência econômica da Espanha. Não existindo por trás um fator político — como ocorreu em Portugal — o desenvolvimento de linhas de exportação de produtos agrícolas americanos teria que ser provocado por grupos econômicos poderosos, interessados em vender seus produtos nos mercados coloniais. Seria de esperar que os produtores de manufaturas liderassem esse movimento, não fora a decadência em que entrou esse setor na etapa das grandes importações de metais preciosos e de concentração da renda em mãos do Estado espanhol. Cabe portanto admitir que um dos fatores do êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa foi a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce dos metais preciosos.

(13) As populações indígenas mais evoluídas do ponto de vista agrícola eram as das terras altas do México e dos Andes, e não se habituaram facilmente ao trabalho nas plantações de cana, localizadas em terras baixas e úmidas. Por essa razão a mão-de-obra negra também foi introduzida nos engenhos de açúcar instalados para abastecer as populações dessas regiões. A densa população das Antilhas, que poderia ter servido de base para o desenvolvimento agrícola da região, foi em grande parte transferida para o trabalho nas minas, em condições climáticas distintas, desaparecendo em grande escala.

(14) A exportação de açúcar pelas colônias americanas estava proibida para evitar concorrência, no mercado interno da Espanha, à pequena produção que se obtinha na Andaluzia.

CAPÍTULO IV

DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA

O QUADRO POLÍTICO-ECONÔMICO DENTRO DO QUAL nasceu e progrediu de forma surpreendente a empresa agrícola em que assentou a colonização do Brasil foi profundamente modificado pela absorção de Portugal na Espanha. A guerra que contra este último país promoveu a Holanda¹⁵, durante esse período, repercutiu profundamente na colônia portuguesa da América. A começar do século XVII os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar¹⁶. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável. Por outro lado, estes de nenhuma maneira pretendiam renunciar à parte substancial que tinham nesse importante negócio, cujo êxito fora em boa

(15) As terras compreendidas atualmente pela Holanda, a Bélgica e parte do norte da França eram conhecidas, nos começos dos tempos modernos, pela designação geral de *Nederlanden*, isto é, Países-Baixos. Quando as sete províncias setentrionais — entre as quais se destacavam a Holanda e a Zelândia — conquistaram sua independência a fins do século XVI, as demais passaram a chamar-se Países-Baixos *espanhóis* e, a partir do século XVIII, *austriacos*. A parte independente chamou-se então Províncias Unidas, prevalecendo subsequentemente o nome de Holanda. A independência das Províncias Unidas data, oficialmente, de 1579 (União de Utrecht), mas a guerra com a Espanha continuou pelos trinta anos seguintes, até a trégua de doze anos firmada em 1609. Dessa forma, os flamengos das Províncias Unidas, que haviam desenvolvido enormemente o seu comércio com Portugal quando estavam submetidos à Espanha, foram obrigados a abandoná-lo quando adquiriram a independência, pois no ano seguinte a Espanha ocupava Portugal.

(16) "It is now safe to assume that practical monopoly of European transport and commerce which the Dutch established in the early seventeenth century by reason of their geographical position, their superior commercial organization and technique, and the economic backwardness of their neighbours, stood intact until about 1730." C. H. WILSON, "The Economic Decline of the Netherlands", in *Essays in Economic History*, Londres, 1954, p. 254.

parte obra sua. A luta pelo controle do açúcar torna-se, destarte, uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os holandeses contra a Espanha. E um dos episódios dessa guerra foi a ocupação pelos batavos, durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil¹⁷.

As consequências da ruptura do sistema cooperativo anterior serão, entretanto, muito mais duradouras que a ocupação militar. Durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. A partir desse momento, estaria perdido o monopólio, que nos três quartos de século anteriores se assentara na identidade de interesse entre os produtores portugueses e os grupos financeiros holandeses que controlavam o comércio europeu. No terceiro quartel do século XVII os preços do açúcar estarão reduzidos à metade e persistirão nesse nível relativamente baixo durante todo o século seguinte.

A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno a 1650. E essas reduzidas exportações se liquida-

(17) No período anterior à trégua de 1609 os holandeses abriram grandes brechas no império português das Índias Orientais, ao mesmo tempo que continuavam a recolher o açúcar em Lisboa usando vários subterfúgios, principalmente a conivência dos próprios portugueses, que viam nos flamengos o inimigo do espanhol ocupante do país. Durante a trégua de 12 anos a penetração holandesa aumentou, estendendo-se ao comércio diretamente com o Brasil "... it was during the truce of 1609-21 that their trade with Brazil expanded greatly, despite the Spanish crown's explicit and reiterated prohibitions of foreign trade with the colony. A representation of Dutch merchants concerned in this business, which was submitted to the States General in 1622, explains how this enviable position had been achieved. Dutch trade with Brazil had always been driven through the intermediary of 'many good and honest portuguese mostly living at Vianna and Oporto', who, after the first formal prohibition of Dutch participation in this trade in 1594, had spontaneously offered to continue it under cover of their names and flag. (...) The magistrats of Vianna do Castelo, in particular, had always 'tipped-off' the local Dutch Factors and their agents as to 'how they could guard themselves against damage from the Spaniards'. (...) The Dutch merchants estimated that they had secured between one-half and two-thirds of the carrying-trade between Brazil and Europe". C. R. BOXER, *The Dutch in Brazil*, Oxford, 1957, p. 20. Reiniciada a guerra com a Espanha, os holandeses empreenderam a ocupação militar da colônia açucareira, a qual, sob vários aspectos, estava financeira e economicamente integrada com as Províncias Unidas.

vam a preços que não superavam a metade daqueles que haviam prevalecido na etapa anterior. Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época. A depreciação, com respeito ao ouro, da moeda portuguesa, observada nessa época, é praticamente das mesmas proporções, o que indica claramente a enorme importância para a balança de pagamentos de Portugal que tinha o açúcar brasileiro. Fora Portugal o principal abastecedor da colônia, e essa desvalorização significaria uma importante transferência de renda real em benefício do núcleo colonial. Mas, como é sabido, por essa época o Brasil se abastecia principalmente de manufaturas que os portugueses recebiam de outros países europeus. Demais, como os artigos de produção interna que Portugal exportava para o Brasil eram, via de regra, os mesmos que exportava para outras partes, o mais provável é que seus preços estivessem fixados em ouro. Sendo assim, as transferências de renda provocadas pela desvalorização revertiam principalmente em benefício dos exportadores metropolitanos portugueses¹⁸.

(18) A depreciação da moeda portuguesa com respeito ao ouro era uma consequência natural da redução substancial no valor real das exportações, decorrentes da queda de preços e contração do volume do açúcar vendido. A depreciação minorava os prejuízos dos comerciantes que tinham capitais empatados nos negócios do açúcar, permitindo que esses negócios continuassem operando. Se outros fatores (a descoberta do ouro, meio século antes, por exemplo) houvessem impedido a depreciação, muito mais profunda teria sido a decadência das regiões açucareiras na segunda metade do século XVII.

CAPÍTULO V

AS COLÔNIAS DE POVOAMENTO DO HEMISFÉRIO NORTE

O PRINCIPAL ACONTECIMENTO DA HISTÓRIA americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais. O advento dessa economia decorreu, em boa medida, do debilitamento da potência militar espanhola na primeira metade do século XVII, debilitamento esse observado de perto pelas três potências cujo poder crescia na mesma época: Holanda, França e Inglaterra. A idéia de apoderar-se da rica presa, que era o quinhão espanhol da América, estava sempre presente nesses países, e se não chegou a concretizar-se em maior escala foi graças às rivalidades crescentes entre a Inglaterra e a França. Estes dois países trataram de apoderar-se das estratégicas ilhas do Caribe para nelas instalar colônias de povoamento com objetivos militares. "*On n'eut dans les débuts — diz um autor francês — qu'une idée maîtresse: conquête des terres à métaux précieux ou, à défaut, des terres donnant accès à celles-là*"¹⁹. Franceses e ingleses se empenham, assim, nos começos do século XVII, em concentrar nas Antilhas importantes núcleos de população européia, na expectativa de um assalto em larga escala aos ricos domínios da grande potência enferma desse século. Referindo-se aos objetivos de Richelieu com respeito à colonização da Martinica, observa um historiador francês, "*il devenait urgent d'avoir au plus tôt une forte milice et qu'elle fût durable. C'est de ce principe que l'on part et à ce principe que l'on s'accroche: il faut aux îles des colons nombreux, cultivateurs et soldats*"²⁰. Em razão de seus objetivos

(19) LÉON VIGNOLS, *op. cit.*, *loc. cit.*

(20) M. DELAWARE, *Les défricheurs et les petits colons de la Martinique au XVII^e siècle*, Paris, 1935, p. 30.

políticos essa colonização deveria basear-se no sistema da pequena propriedade. Os colonos eram atraídos com propaganda e engodos, ou eram recrutados entre criminosos, ou mesmo seqüestrados²¹. A cada um se atribuía um pedaço de terra limitado que deveria ser pago com o fruto de seu trabalho futuro.

As Antilhas inglesas se povoaram com maior rapidez que as francesas e com menos assistência financeira do governo, provavelmente devido à maior facilidade de recrutamento de colonos que apresentavam as ilhas britânicas. O século xvii foi uma etapa de grandes transformações sociais e de profunda intranquilidade política e religiosa nessas ilhas. Nos três quartos de século que antecederam ao *Toleration Act* de 1689 a intolerância política e religiosa deu origem a importantes deslocamentos de população dentro das ilhas e para o exterior²². Esses movimentos de população provocados por fatores religiosos e políticos estão intimamente ligados ao início da expansão colonizadora inglesa da primeira metade do século xvii, mas de nenhuma forma explicam esta última. O transporte de populações através do Atlântico requeria na época vultosas inversões. Sem embargo, o fato de que importantes grupos de população estivessem dispostos a aceitar as mais duras condições para emigrar criou a possibilidade de exploração de mão-de-obra européia em condições relativamente favoráveis. Organizam-se importantes companhias com o objetivo de financiar o traslado desses grupos de população, as quais conseguem amplos privilégios econômicos sobre as colônias que chegassem a fundar. Somente em casos excepcionais

(21) Em alguns casos também se realizaram transferências em massa de populações rebeldes. Com respeito aos irlandeses revoltados, Cromwell deu a seguinte ordem: "When they submitted these officers were knocked on the head, and every tenth man of the soldiers killed, and the rest shipped for Barbados". Veja-se V. T. HARLOW, *A History of Barbados*, Oxford, 1926, p. 295. "Political criminals, prisoners of war, vagabonds, children of vagabonds were carried to America by merchants under contract with the government. Others were kidnapped, or induced to go under false pretenses." JULIUS ISAAC, *Economics of Migration*, Londres, 1947, p. 17.

(22) "The English settlements developed in the course of the seventeenth century owe their existence mainly to the immigration of refugees from religious or political intolerance who left Britain before the Toleration Act of 1689. Puritans founded the first successful settlement in New England in 1620. English Dissenters established settlements in Massachusetts, where the Massachusetts Bay Company had been granted a charter in 1629. Refugee immigration brought about the founding of Connecticut in 1633 and of Rhode Island in 1636. At about the same time discontented Catholics turned to the West Indies, where the Earl of Carlisle had received a charter." J. ISAAC, *op. cit.*, p. 16.

e com objetivos militares explicitamente declarados — como ocorreu na Geórgia já em pleno século xviii — o governo inglês tomará a seu cargo o financiamento do traslado da população colonizadora.

A colonização de povoamento que se inicia na América no século xvii constitui, portanto, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração de mão-de-obra européia que um conjunto de circunstâncias tornara relativamente barata nas Ilhas Britânicas. Ao contrário do que ocorrera com a Espanha e Portugal, que se haviam visto afligidos por uma permanente escassez de mão-de-obra quando iniciaram a ocupação da América, a Inglaterra do século xvii apresentava um considerável excedente da população, graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior²³. Essa população sobrando, que abandonava os campos na medida em que o velho sistema de agricultura coletiva ia sendo eliminado, e em que as terras agrícolas eram desviadas para a criação de gado lanífero, vivia em condições suficientemente precárias para submeter-se a um regime de servidão por tempo limitado, com o fim de acumular um pequeno patrimônio. A pessoa interessada assinava um contrato na Inglaterra, pelo qual se comprometia a trabalhar para outra por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, ao final do contrato, um pedaço de terra ou uma indenização em dinheiro. Tudo indica que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos²⁴.

O início dessa colonização de povoamento no século xvii abre uma etapa nova na história da América. Em seus primeiros tempos essas colônias acarretam vultosos prejuízos para as com-

(23) "Britain could afford to send so many emigrants overseas without endangering the ample supply of cheap labour for her home industry. The changes in agricultural organization, particularly enclosures, had created in England a surplus rural population which brought wages down to subsistence level, and provided a large reserve in the labour market." J. ISAAC, *op. cit.*, p. 17. A idéia de que a Espanha foi empobrecida pela emigração em massa para a América carece de fundamento, pois o tipo de colônia que os espanhóis criaram nas terras americanas não exigiu grandes traslados da população européia. Na verdade, se estima que entre 1509 e 1790, emigraram da Espanha para a América cerca de 150.000 pessoas. Somente no século xvii das ilhas britânicas saíram cerca de 500.000. Veja-se IRME FERENCZ, "Migrations", in *Encyclopaedia of Social Sciences*, Nova York, 1936.

(24) "The most significant feature of this question of treatment is the general agreement among contemporary writers, that the European servant was in a less favoured position than the negro slave." V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 302.

panhias que as organizam. Particularmente grandes são os prejuízos dados pelas colônias que se instalam na América do Norte²⁵. No êxito da colonização agrícola portuguesa tivera como base a produção de um artigo cujo mercado se expandira extraordinariamente. A busca de artigos capazes de criar mercados em expansão constitui a preocupação dos novos núcleos coloniais. Demais, era necessário encontrar artigos que pudessem ser produzidos em pequenas propriedades, condição sem a qual não perduraria o recrutamento de mão-de-obra europeia. Em tais condições, os núcleos situados na região norte da América Setentrional encontraram sérias dificuldades para criar uma base econômica estável. Do ponto de vista das companhias que financiaram os gastos iniciais de traslado e instalação, a colonização dessa parte da América constitui um efetivo fracasso. Não foi possível encontrar nenhum produto, adaptável à região, que alimentasse uma corrente de exportação para a Europa capaz de remunerar os capitais invertidos. Com efeito, o que se podia produzir na Nova Inglaterra era exatamente aquilo que se produzia na Europa, onde os salários estavam determinados por um nível de subsistência extremamente baixo, na época. Demais, o custo do transporte era de tal forma elevado, relativamente ao custo de produção dos artigos primários, que uma diferença mesmo substancial nos salários reais teria sido de escassa significação. Explica-se assim o lento desenvolvimento inicial das colônias do norte do continente, as quais muito possivelmente teriam permanecido num segundo plano por muito tempo se acontecimentos a que nos referiremos mais adiante não tivessem modificado os dados do problema.

As condições climáticas das Antilhas permitiam a produção de um certo número de artigos — como o algodão, o anil, o café e principalmente o fumo — com promissoras perspectivas nos

(25) A companhia que primeiro empreendeu a colonização da Virgínia não chegou a pagar um centavo de remuneração aos acionistas e encerrou suas contas com mais de cem mil libras de prejuízo. Veja-se EDWARD C. KIRKLAND, *Historia Económica de los Estados Unidos*, México. Referindo-se ao fato de que o Canadá constituía uma carga para a França, e que sua perda representava de certa forma um alívio, diz E. LEVASSEUR: "*En France les hommes d'Etat et les publicistes ne sentirent pas la gravité de cette perte. (...) Cette population, il est vrai, n'était pas riche; elle vivait de culture et de chasse. (...) L'abbé Raynal dit qu'en 1715 les exportations du Canada en France avaient à peine une valeur de 300.000 livres, qu'à l'époque la plus florissante elles ne dépassaient pas 1.300.000 livres, et que, de 1750 à 1760, le gouvernement y avait dépensé 127 millions 1/2: ce que ne contribuait pas à rendre le Canada populaire dans l'administration française*". *Op. cit.*, I, p. 484.

mercados da Europa. A produção desses artigos era compatível com o regime da pequena propriedade agrícola, e permitia que as companhias colonizadoras realizassem lucros substanciais ao mesmo tempo que os governos das potências expansionistas — França e Inglaterra — viam crescer as suas milícias.

Os esforços realizados, principalmente na Inglaterra, para recrutar mão-de-obra no regime prevalecente de servidão temporária, se intensificaram com a prosperidade de negócios. Por todos os meios procurava-se induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime ou mesmo contravenção a vender-se para trabalhar na América em vez de ir para o cárcere. Contudo, o suprimento de mão-de-obra deveria ser insuficiente, pois a prática do rapto de adultos e crianças tendeu a transformar-se em calamidade pública nesse país²⁶. Por esse e outros métodos a população europeia das Antilhas cresceu intensamente, e só a ilha de Barbados chegou a ter, em 1634, 37.200 habitantes dessa origem.

(26) Veja-se V. T. HARLOW, *op. cit.*, *passim*.

CAPÍTULO VI

CONSEQUÊNCIAS DA PENETRAÇÃO
DO AÇÚCAR NAS ANTILHAS

NA MEDIDA EM QUE A AGRICULTURA TROPICAL — particularmente a do fumo — transformava-se num êxito comercial, cresciam as dificuldades apresentadas pelo abastecimento de mão-de-obra européia. Do ponto de vista das companhias interessadas no comércio das novas colônias, a solução natural do problema estava na introdução da mão-de-obra africana escrava. Na Virgínia, onde as terras não estavam todas divididas em mãos de pequenos produtores, a formação de grandes unidades agrícolas se desenvolveu mais rapidamente. Surge assim uma situação completamente nova no mercado dos produtos tropicais: uma intensa concorrência entre regiões que exploram mão-de-obra escrava em grandes unidades produtivas, e regiões de pequena propriedade e população européia. A conseqüente baixa dos preços ocorrida nos mercados internacionais cria sérias dificuldades às populações antilhanas e vem demonstrar a fragilidade de todo o sistema de colonização ensaiado naquelas regiões tropicais²⁷. As colônias de povoamento destas regiões, com efeito, resultaram ser simples estações experimentais para a produção de artigos de potencialidade econômica ainda incerta. Superada essa etapa de incerteza, as inversões maciças exigidas pelas grandes plantações escravistas demonstram ser negócio muito vantajoso.

A partir desse momento se modifica o curso da colonização antilhana, e essa modificação será de importância fundamental para o Brasil. A idéia original de colonização dessas regiões tro-

(27) "Aucun bénéfice n'était plus possible: tandis que le colon anglais parvenait à remplacer la main-d'oeuvre blanche par des nègres achetés à bon compte ou à crédit." LUIZ PHILIPPE MAY, *Histoire Economique de la Martinique (1635-1763)*, Paris, 1930, p. 89.

picais, à base de pequena propriedade, excluía *per se* toda cogitação em torno à produção de açúcar. Dentre os produtos tropicais, mais que qualquer outro, este era incompatível com o sistema da pequena propriedade. Nesta primeira fase da colonização agrícola não-portuguesa das terras americanas, aparentemente se dava por assentado que ao Brasil cabia o monopólio da produção açucareira. As colônias antilhanas ficavam reservados os demais produtos tropicais. A razão de ser dessa divisão de tarefas derivava dos próprios objetivos políticos da colonização antilhana, onde franceses e ingleses pretendiam reunir fortes núcleos de população européia. Sem embargo, esses objetivos políticos tiveram de ser abandonados sob a forte pressão de fatores econômicos.

É provável entretanto que as transformações da economia antilhana tivessem ocorrido muito mais lentamente, não fora a ação de um poderoso fator exógeno a fins da primeira metade do século XVII. Esse fator foi a expulsão definitiva dos holandeses do Nordeste brasileiro. Senhores da técnica de produção e muito provavelmente aparelhados para a fabricação²⁸ de equipamentos para a indústria açucareira, os holandeses se empenharam firmemente em criar fora do Brasil um importante núcleo produtor de açúcar. É tão favorável a situação que encontram nas Antilhas francesas e inglesas que preferem colaborar com os colonos dessas regiões a ocupar novas terras e instalar por conta própria a indústria. Na Martinica as dificuldades causadas pela baixa dos preços do fumo eram grandes, o que facilita o início de qualquer negócio tendente a restaurar a prosperidade da ilha. Nas Antilhas inglesas as dificuldades econômicas haviam sido agravadas pela guerra civil que se prolongava nas ilhas britânicas. Praticamente isoladas da Metrópole, as colônias inglesas acolheram com grande entusiasmo a possibilidade de um intenso comércio com os holandeses. Estes não somente deram a necessária ajuda técnica, como também propiciaram crédito fácil para comprar equipamentos, escravos e terra²⁹. Em pouco tempo se constituíram nas ilhas po-

(28) O problema de se os holandeses conseguiram ou não dominar eles mesmos a técnica de produção de açúcar, ou se permitiram a vinda ao Brasil de produtores antilhanos que aperfeiçoaram os seus conhecimentos, carece de significação real. Veja-se sobre este assunto A. P. CANABRAVA, "A influência do Brasil na técnica do fabrico de açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século XVII", *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, 1946-47, São Paulo, 1947.

(29) "It was thanks to Dutch refugees from Brazil, which was now being reconquered by the Portuguese, that the technique of sugar cultivation and manufacture came to Barbados. Dutch capital helped the planters to

derosos grupos financeiros que controlavam grandes quantidades de terras e possuíam engenhos açucareiros de grandes proporções. Dessa forma, menos de um decênio depois da expulsão dos holandeses do Brasil, operava nas Antilhas uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram totalmente novos, e que se beneficiava de mais favorável posição geográfica.

As conseqüências dessa autêntica eclosão de um sistema econômico dentro de outro foram profundas. A população de origem européia decresceu rapidamente, tanto nas Antilhas francesas como nas inglesas, enquanto crescia verticalmente o número de escravos africanos. Em Barbados, por exemplo, a população branca se reduziu à metade e a negra mais que decuplicou no correr de dois decênios. Nesse ínterim, a riqueza da ilha tinha aumentado quarenta vezes³⁰. Na França, onde o governo estava menos submetido à influência das companhias de comércio, a reação provocada pelas rápidas transformações econômico-sociais das ilhas foi maior. Inúmeras medidas foram tomadas para deter o seu abandono pela população branca e a rápida transformação das colônias de povoamento em grandes plantações de açúcar. Tratou-se inclusive — contra a orientação da política colonial da época — de introduzir nas ilhas atividades manufatureiras. Colbert tomou o assunto em suas mãos, sugeriu inúmeras soluções, enviou operários especializados em missões técnicas para estudar os recursos da ilha. Tudo inutilmente. A valorização das terras provocada pela introdução do açúcar agiu inexoravelmente, destruindo em pouco tempo esse prematuro ensaio de colonização de povoamento das regiões tropicais da América³¹.

buy the necessary machinery, Dutch credit provided them with negro slaves to work on the sugar estates, and Dutch ships bought their sugar and supplied them with food and other goods which England could no longer supply owing to internal troubles." ALAN BURNS, *History of the British West Indies*, Londres, 1954, p. 232.

(30) "Already, in 1667, this substitution of the negro slave for the white servant had reached an advanced stage. In that year Major Scott stated that after examining all the Barbarians records he found that since 1643 no less than 12,000 'good men' had left the island for other plantations, and that the number of landowners had decreased from 11,200 small-holders in 1645 to 745 owners of large estates in 1667; while during the same period the negroes had increased from 5,680 to 82,023. Finally he summed up the situation by saying that in 1667 the island 'was not half so strong, and forty times as rich as in the year' 1645." V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 310.

(31) Existe uma ampla correspondência trocada entre COLBERT e o governador da Martinica. Vários planos foram postos em prática para proteger o pequeno cultivador que rapidamente estava sendo eliminado pelas grandes plantações de cana. "En 1683, des ouvriers et ouvrières experts sont transportés

Se a economia açucareira ao florescer nas Antilhas fez desaparecer as colônias de povoamento que se havia tentado instalar nessas ilhas, por outro lado contribuiu grandemente para tornar economicamente viáveis as colônias desse tipo que os ingleses haviam estabelecido na região norte do continente. Conforme já indicamos, estas últimas colônias estiveram longe de ser um êxito econômico para as companhias que haviam financiado sua instalação, pois os únicos produtos que na época justificavam um comércio transatlântico nelas não podiam ser produzidos. Contudo, os membros dessas colônias que sobreviveram às vicissitudes da etapa de instalação empenharam-se em criar uma economia auto-suficiente, suplementada por algumas atividades comerciais que lhes permitiam atender a um mínimo indispensável de importações. Essas colônias pareciam fadadas a um lento desenvolvimento — o que aliás ocorreu com os grupos de população francesa situados no Canadá — quando o advento da economia açucareira antilhana, nos começos da segunda metade do século XVII, veio abrir-lhes inesperadas perspectivas.

A penetração do açúcar nas ilhas caribenhas expeliu uma parte substancial da população branca nelas estabelecida, boa parte da qual foi instalar-se nas colônias do norte. Tratava-se, em grande parte, de pequenos proprietários que se viram na contingência de alienar suas terras e que se transferiram com algum capital. Por outro lado, o açúcar desorganizou e, em algumas partes, eliminou a produção agrícola de subsistência. As ilhas se transformaram, em pouco tempo, em grandes importadoras de alimentos, e as colônias setentrionais, que há pouco não sabiam que fazer com seu excedente de produção de trigo, se constituíram em principal fonte de abastecimento das prósperas colônias açucareiras. Como bem observa um historiador inglês: "starting with fish, timber and meat, the New Englander by a clever, complex system of sale and barter in which the West Indies (...)

à la Martinique, des graines distribuées avec des arbres, de par l'initiative du seul pouvoir Central. En 1685, le roi renouvelle son désir, il envoie encore des grains et souhaite l'établissement d'une manufacture." ADRIEN DESSALLES, *Histoire Générale des Antilles*, Paris, 1847-48, II, p. 59. Em 1687 COLBERT escrevia ao governador da ilha: (...) "Il est nécessaire de les obliger (aos habitantes) à partager la culture de leurs terres en indigo, rocou, cacao, casse, gingembre, coton et autres fruits qu'ils peuvent cultiver. (...) La perte infaillible des îles sera causée par l'excessive quantité de cannes de sucre" (...). Veja-se LUCIEN PEYTRAND, *L'Esclavage aux Antilles Françaises avant 1789*, Paris, 1897. Sem embargo, a política do governo francês nem sempre foi coerente, o que se explica tendo em conta que os interesses açucareiros eram poderosos.

formed the connecting link; drew to themselves any sort of commodity from the Old World of which they had need"³².

E não ficou na exportação de bens de consumo a importante corrente comercial que se formou entre os dois grupos de colônias inglesas. Não dispondo de força hidráulica para mover os engenhos, as ilhas dependiam principalmente de animais de tiro como fonte de energia. Tampouco dispunham de madeira para fabricar as caixas em que se exportava o açúcar. Do norte vinham uma e outra coisa³³. Esse importante comércio se efetuava principalmente em navios dos colonos da Nova Inglaterra, o que veio fomentar a indústria de construção naval nessa região. Essa indústria, encontrando condições excepcionalmente favoráveis em razão da abundância de madeira adequada, se desenvolveu intensamente, transformando-se em uma das principais atividades exportadoras das colônias setentrionais. Por último cabe mencionar a instalação de uma importante indústria derivada da cana: a destilação de bebidas alcoólicas. Neste caso a integração se realizou com as Antilhas francesas. Estas, estando interditadas de usar a matéria-prima de que dispunham — para evitar a concorrência às indústrias de bebidas da Metrópole — vendiam-na a preços extremamente baixos. Os colonos do norte se prevaleciam desses baixos preços para concorrer vantajosamente com as próprias Antilhas inglesas nesse negócio altamente lucrativo.

As colônias do norte dos EUA se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, como parte integrante de um sistema maior dentro do qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais. O fato de que as duas partes principais do sistema — a região produtora do artigo básico de exportação, e a região que abastecia a primeira — hajam estado separadas é de fundamental importância para explicar o desenvolvimento subsequente de ambas. A essa separação se deve que os capitais gerados no conjunto do sistema não hajam sido canalizados exclusivamente para a atividade açucareira, que na realidade era a mais lucrativa. Essa separação, ao tornar possível o desenvolvimento de uma econo-

(32) V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 281.

(33) "Sugar mills had sprung up for crushing the canes, but Barbados possessed no water power to drive them. The alternative was to use tread-mills worked by horses; and horses were accordingly obtained from New England. Casks and barrels too were needed in which to pack the sugar. These were provided from the abundant forests of Massachusetts and Connecticut." V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 274.

mia agrícola não-especializada na exportação de produtos tropicais, marca o início de uma nova etapa na ocupação econômica das terras americanas. A primeira etapa consistira basicamente na exploração da mão-de-obra preexistente com vista a criar um excedente líquido de produção de metais preciosos; a segunda se concretizara na produção de artigos agrícolas tropicais por meio de grandes empresas que usavam intensamente mão-de-obra escrava importada.

Nesta terceira etapa surgia uma economia similar à da Europa contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Uma economia deste tipo estava em flagrante contradição com princípios da política colonial e somente graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis pôde desenvolver-se. Com efeito, sem o prolongado período de guerra civil por que passou a Inglaterra no século XVII, teria sido muito mais difícil aos colonos da Nova Inglaterra firmar-se tão amplamente nos mercados das prósperas ilhas antilhanas. Demais, a famosa legislação protecionista naval que no último quartel desse século excluiu os holandeses do comércio das colônias, constitui outro forte aliciente não só para as exportações da Nova Inglaterra como também para sua indústria de construção de barcos. Por último, o prolongado período de guerras que a Inglaterra manteve com a França tornou precário o abastecimento das Antilhas com gêneros europeus, criando para os colonos do norte a situação favorável de abastecedores regulares das ilhas inglesas e ocasionais das francesas³⁴.

Os esforços, quase malogrados, feitos pelos ingleses para eliminar os contatos comerciais desses colonos com as Antilhas francesas constituem a primeira etapa de um período de fricção e choque de interesses que se fez cada vez mais manifesto. Com efeito, uma vez lograda a supremacia e excluídos os franceses de suas posições principais na América, a Inglaterra pretendeu, na segunda metade do século XVIII, pôr cobro à crescente concorrência que as colônias setentrionais estavam fazendo à economia metropolitana. As medidas legislativas se sucederam, então, mas serviram apenas para aumentar a tensão e pôr à mostra o pro-

(34) O problema do abastecimento de víveres era menos grave nas Antilhas francesas, pois o governo da França, consciente de sua impotência para manter as linhas de comércio durante os períodos prolongados de guerra, regulamentara a produção dos mesmos em cada ilha.

fundo desencontro de interesses, que já existia, precipitando a separação.

De um ponto de vista macroeconômico, as colônias da Nova Inglaterra (assim como Nova York e Pensilvânia) continuaram a ser, avançando o século XVIII, economias de produtividade relativamente baixa. O produto por habitante deveria ser substancialmente inferior ao das colônias agrícolas de grandes plantações. Contudo, o tipo de atividade econômica que nelas prevalecia era compatível com pequenas unidades produtivas, de base familiar, sem o compromisso de remunerar vultosos capitais. Por outro lado, a abundância de terras tornava atrativa a imigração européia no regime de servidão temporária. Ao surgir para o pequeno proprietário a possibilidade de vender regularmente parte de sua produção agrícola, tornou-se para ele viável o financiamento da viagem de um imigrante cujo trabalho seria explorado durante quatro anos. Estima-se que pelo menos a metade da população européia que emigrou para os EUA antes de 1700 estava constituída de pessoas que haviam aceito um ou outro regime de servidão temporária³⁵. A principal vantagem que esse sistema apresentava para o pequeno proprietário estava em que a imobilização de capital era muito menor que a exigida pela compra do escravo, sendo também menor o risco em caso de morte. O escravo africano constituía um negócio muito mais rentável para o grande capitalista, mas de maneira geral não estava ao alcance do pequeno produtor. Por outro lado, as atividades agrícolas dessas colônias tampouco justificavam grandes inversões. Explíca-se, assim, que a importação de mão-de-obra européia em regime de servidão temporária tenha continuado nas colônias mais pobres e haja sido excluída das colônias mais ricas, não obstante fosse amplamente reconhecido que o trabalho escravo era o mais barato. A transição para o escravo africano só se realizou ali onde foi possível especializar a agricultura num artigo exportável em grande escala.

Essas colônias de pequenos proprietários, em grande parte auto-suficientes, constituem comunidades com características totalmente distintas das que predominavam nas prósperas colônias agrícolas de exportação. Nelas era muito menor a concentração da renda, e as mesmas estavam muito menos sujeitas a bruscas contrações econômicas. Demais, a parte dessa renda que revertia

(35) "It has been estimated that at least half of the white immigrants before 1700 were redemptioners or had their fares paid by others." F. A. SHANNON, *America's Economic Growth*, Nova York, 1951, p. 64.

em benefício de capitais forâneos era insignificante. Em consequência, o padrão médio de consumo era elevado, relativamente ao nível da produção *per capita*. Ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações, em que parte substancial dos gastos de consumo estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações, nas colônias do norte dos EUA os gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população, sendo relativamente grande o mercado dos objetos de uso comum.

A essas diferenças de estrutura econômica teriam necessariamente de corresponder grandes disparidades de comportamento dos grupos sociais dominantes nos dois tipos de colônias. Nas Antilhas inglesas os grupos dominantes estavam intimamente ligados a poderosos grupos financeiros da Metrópole e tinham inclusive uma enorme influência no parlamento britânico. Esse entrelaçamento de interesses inclinava os grupos que dirigiam a economia antilhana a considerá-la exclusivamente como parte integrante de importantes empresas manejadas da Inglaterra. As colônias setentrionais, ao contrário, eram dirigidas por grupos ligados uns a interesses comerciais centralizados em Boston e Nova York — os quais freqüentemente entravam em conflito com os interesses metropolitanos — e outros representativos de populações agrícolas praticamente sem qualquer afinidade de interesses com a Metrópole. Essa independência dos grupos dominantes *vis-à-vis* da Metrópole teria de ser um fator de fundamental importância para o desenvolvimento da colônia, pois significava que nela havia órgãos políticos capazes de interpretar seus verdadeiros interesses e não apenas de refletir as ocorrências do centro econômico dominante.

CAPÍTULO VII

ENCERRAMENTO DA ETAPA COLONIAL

A EVOLUÇÃO DA COLÔNIA PORTUGUESA na América, a partir da segunda metade do século XVII, será profundamente marcada pelo novo rumo que toma Portugal como potência colonial. Na época em que esteve ligado à Espanha, perdeu esse país o melhor de seus entrepostos orientais, ao mesmo tempo que a melhor parte da colônia americana era ocupada pelos holandeses. Ao recuperar a independência, Portugal encontrou-se em posição extremamente débil, pois a ameaça da Espanha — que por mais de um quarto de século não reconheceu essa independência — pesava permanentemente sobre o território metropolitano. Por outro lado, o pequeno reino, perdido o comércio oriental e desorganizado o mercado do açúcar, não dispunha de meios para defender o que lhe sobrara das colônias numa época de crescente atividade imperialista. A neutralidade em face das grandes potências era impraticável. Portugal compreendeu, assim, que para sobreviver como metrópole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência, o que significaria necessariamente alienar parte de sua soberania. Os acordos concluídos com a Inglaterra em 1642-54-61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes³⁶.

(36) Ao recuperar Portugal a independência em 1640, o governo lusitano empenhou-se em chegar a um acordo com a Holanda, então principal inimiga da Espanha nos mares. As múltiplas ofertas — inclusive a divisão do Brasil — foram entretanto rejeitadas pelos holandeses, demasiadamente confiantes em seu excepcional poder marítimo e ao mesmo tempo falhos de uma orientação política geral em razão de suas profundas dissensões internas. Ao prolongar-se o estado de guerra, os portugueses fizeram mais e mais apelos a barcos ingleses, no intuito de livrar-se do bloqueio dos flamengos. Em

Assim como seria difícil explicar o grande êxito da empresa açucareira sem ter em conta a cooperação comercial-financeira holandesa, a persistência do pequeno e empobrecido reino como grande potência colonial na segunda metade do século XVII, bem como sua recuperação no século XVIII — durante o qual reteve sem disputas a colônia mais lucrativa da época — também só pode explicar-se tendo em conta a situação especial de semidependência que aceitou como forma de soberania o governo português. Os privilégios conseguidos pelos comerciantes ingleses em Portugal foram de tal ordem — incluíam extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar — que os mesmos passaram a constituir um poderoso e influente grupo com ascendência crescente sobre o governo português. Nas palavras de um meticoloso estudioso da matéria: "Portugal became virtually England's commercial vassal"³⁷. O espírito dos vários tratados firmados entre os dois países, nos primeiros dois decênios que se seguiram à independência, era sempre o mesmo: Portugal fazia concessões econômicas e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas. Com respeito às Índias Orientais, por exemplo, Portugal cedeu Bombaim permanentemente e a Inglaterra prometeu utilizar sua esquadra para manter a ordem nas possessões lusitanas. Os ingleses conseguiam, demais, privilégios de manter comerciantes residentes em, praticamente, todas as colônias portuguesas. O acordo de 1661 incluía finalmente uma cláusula secreta pela qual os ingleses prometiam defender as colônias portuguesas contra quaisquer inimigos. Se se tem em conta que por essa época a Espanha ainda não reconheceu a separação de Portugal e que nesse mesmo ano se estava negociando a paz com a Holanda, é fácil compreender o que significava para o governo português uma aliança que lhe garantia a sobrevivência como potência colonial.

condições assim favoráveis, a penetração inglesa se processou rapidamente. O acordo de 1654 foi imposto em seguida a uma agressão da esquadra inglesa a Portugal, num momento em que este país se encontrava em guerra com a Holanda e a Espanha. Sobre a agressão inglesa veja-se C. R. BOXER, "Blake and the Brazilian Fleets in 1650", *The Mariner's Mirror*, vol. XXXIV, 1950.

(37) ALAN K. MANCHESTER, *British Preeminence in Brazil, Its Rise and Decline*, North Caroline, 1933, p. 9. "The treaty thus finally ratified was a diplomatic triumph for the Commonwealth, for by it great commercial and religious advantages were secured from Portugal. (...) It gave a convincing proof of the ascendancy of England, whose subjects trading with or residing in Portugal, were for the future in a better situation than the Portuguese themselves. Britain here laid the foundations of its privileged position in Portugal overseas dominions." p. 11-12.

Contudo, as garantias de sobrevivência não solucionavam o problema fundamental que era a própria decadência da colônia, decorrente da desorganização do mercado do açúcar. As dificuldades econômicas do reino continuam a agravar-se e se repetem as desvalorizações monetárias. No último quartel do século toma-se consciência da necessidade de reconsiderar a política econômica do país. A idéia de encontrar solução para as dificuldades da balança comercial nos produtos coloniais de exportação já não parece suficiente. Pensa-se em reduzir as importações fomentando a produção interna no setor manufatureiro. Essa política alcançou dar alguns frutos e durante dois decênios se chegou mesmo a interditar a importação de tecidos de lã, principal manufatura então importada. Tal política, entretanto, não chegaria a amadurecer plenamente. O rápido desenvolvimento da produção de ouro no Brasil, a partir do primeiro decênio do século XVII, modificaria fundamentalmente os termos do problema. Conforme veremos em detalhe em capítulos subseqüentes, o acordo comercial, celebrado com a Inglaterra em 1703, desempenhou papel básico no curso tomado pelos acontecimentos. Esse acordo significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil. Graças a esse acordo, entretanto, Portugal conservou uma sólida posição política numa etapa que resultou ser fundamental para a consolidação definitiva do território de sua colônia americana. O mesmo agente inglês que negociou o acordo comercial de 1703 (John Methuen) também tratou das condições da entrada de Portugal na guerra que lhe valeria uma sólida posição na conferência de Utrecht. Aí conseguiu o governo lusitano que a França renunciasse a quaisquer reclamações sobre a foz do Amazonas e a quaisquer direitos de navegação nesse rio. Igualmente nessa conferência Portugal conseguiu da Espanha o reconhecimento de seus direitos sobre a colônia do Sacramento. Ambos os acordos receberam a garantia direta da Inglaterra e vieram a constituir fundamentos da estabilidade territorial da América portuguesa.

Observada de uma perspectiva ampla, a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava com uma articulação — e articulação fundamental — do sistema econômico em mais rápida expansão na época, ou seja, a economia inglesa. O ciclo do ouro constitui um sistema mais ou menos integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demo-

gráfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir minoria e o elemento de origem européia, maioria. Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. A Portugal, entretanto, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo o pequeno reino a experiência da Espanha no século anterior. Como agudamente observou Pombal, na segunda metade do século, o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal: os próprios negros que trabalhavam nas minas tinham que ser vestidos pelos ingleses. Contudo, nem mesmo Pombal, que tinha uma visão lúcida da situação da dependência política em que vivia seu país³⁸ e uma vontade de ferro, conseguiu modificar fundamentalmente as relações com a Inglaterra. Na verdade, essas relações constituíam uma ordem superior de coisas sem a qual não seria fácil explicar a sobrevivência do pequeno reino como Metrópole de um dos mais ricos impérios coloniais da época. Não seria sem razão que opiniões contemporâneas consideravam na Inglaterra que o comércio português era "at the present the most advantageous that we drove anywhere", ou "very best branch of all our European commerce"³⁹.

O último quartel do século XVIII veria a decadência da mineração do ouro no Brasil. A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado em plena revolução industrial. As necessidades de mercados cada vez mais amplos para as manufaturas em processo de rápida mecanização impõem nesse país o abandono progressivo dos princípios protecionistas. O tratado de Methuen, que criava uma situação de privilégio para os vinhos portugueses no mercado inglês, é fortemente criticado do ponto de vista dos novos ideais liberais. O problema fundamental da Inglaterra passa a ser a abertura dos grandes mercados europeus para as suas manufaturas, e com esse fim tornava-se indispensável eliminar as ataduras da era mercantilista. Com efeito, no tratado de 1786, firmado com a França, a Inglaterra pôs praticamente fim ao pri-

(38) Em suas memórias, o Marquês de Pombal afirma categoricamente que a Inglaterra havia reduzido Portugal a uma situação de dependência, conquistando o reino sem os inconvenientes de uma conquista militar; que todos os movimentos do governo eram regulados de acordo com os desejos da Inglaterra.

(39) Citados por A. K. MANCHESTER, *op. cit.*, p. 33.

vilégio aduaneiro que desde o começo do século haviam gozado os vinhos portugueses em seu mercado, única contrapartida econômica que recebera Portugal nos cento e cinquenta anos anteriores de vassalagem econômica⁴⁰. Minguara o mercado da economia luso-brasileira com a decadência da mineração e já não se justificava manter um privilégio que constituía um empecilho à ampla penetração no principal mercado da Europa continental que era a França.

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve conseqüências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal transferiram-se automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, dentro da tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial⁴¹. Tudo indica que nego-

(40) O próprio ADAM SMITH se encarregou de demonstrar que o tratado de Methuen era prejudicial à Inglaterra, argumentando que o mesmo concedia a Portugal um privilégio alfandegário, enquanto a Inglaterra tinha que competir com outras potências produtoras de manufaturas no mercado português. Veja-se *The Wealth of Nations*, *passim*. No tratado comercial celebrado com a França em 1786, o governo inglês tratou de cobrir-se contra qualquer reação em Portugal, respeitando na forma o acordo de Methuen. Com efeito, os impostos aos vinhos franceses foram reduzidos de 8 shillings e ¾ pence para 4 shillings e 6 pence, por galão imperial, mas se concedeu uma redução no imposto aos vinhos portugueses de 4 shillings e 2 pence para 3 shillings. Ocorre porém que, ao reduzir-se a importância relativa do imposto, as diferenças passaram a ser irrelevantes. Com efeito, as importações de vinhos franceses decuplicaram no ano seguinte à assinatura do acordo. Veja-se sobre este ponto o estudo de W. O. HENDERSON, "The Anglo-French Commercial Treaty of 1786", *The Economic History Review*, vol. v, n.º 1.

(41) O Tratado de Comércio e Navegação firmado em 1810, se bem pretende instituir "systema Liberal de Commercio fundado sobre as Bases de Reciprocidade", cria na verdade uma série de privilégios para a Inglaterra.

ciando esses acordos o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

A independência, se do ponto de vista militar constituiu uma operação simples, do ponto de vista diplomático exigiu um grande esforço. Portugal tinha em mãos uma carta de alto valor: sua dependência política da Inglaterra. Se se interpretasse a independência do Brasil como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra estava obrigada a vir em socorro de seu aliado agredido. As *démarches* feitas em Londres nesse sentido pelo governo lusitano foram infrutíferas, pois, para os ingleses, restabelecer o entreposto português seria obviamente mau negócio. O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. Assim, de uma posição excepcionalmente forte, pôde o governo inglês negociar o reconhecimento da independência da América portuguesa. Pelo tratado de 1827, o governo brasileiro⁴² reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico⁴³.

A primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política. Os privilégios concedidos à Inglaterra criaram sérias dificuldades econômicas, conforme veremos em capítulo subsequente. Essas dificuldades econômicas, por um lado, reduziam a capacidade de ação do poder central e, por outro, através do descontentamento, criavam focos de desagregação territorial. É pela metade do século que ocorrem alguns fatos que permitirão consolidar definitivamente o país, e que marcarão o sentido de seu subsequente desenvolvimento. Na medida em que o café aumenta sua importância dentro da eco-

A tarifa para as importações procedentes desse país passara a ser 15% *ad valorem*, contra 24% para os demais países e 16% para Portugal. Os erros de tradução do inglês para o português são de monta a demonstrar claramente que a iniciativa esteve totalmente com os ingleses e que os portugueses firmaram o acordo sem saber exatamente o que estavam fazendo. O brasileiro Hypólito José Soares da Costa, que na época editava em Londres o *Correio Brasiliense*, pôs em evidência vários desses erros.

(42) O tratado foi firmado pelo Imperador, independentemente de quaisquer consultas às Câmaras.

(43) O novo acordo não reconheceu, entretanto, tarifa preferencial à Inglaterra. Em razão de cláusula de nação mais favorecida, o Brasil concederia a vários outros países, posteriormente, a mesma tarifa de 15% *ad valorem*.

nomia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil. Essa ligação e a ideologia nascente de solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência *vis-à-vis* da Inglaterra. Assim, quando expira em 1842 o acordo com este último país, o Brasil consegue resistir à forte pressão do governo inglês para firmar outro documento do mesmo estilo⁴⁴. Eliminado o obstáculo do tratado de 1827, estava aberto o caminho para a elevação da tarifa e o conseqüente aumento do poder financeiro do governo central⁴⁵, cuja autoridade se consolida definitivamente nessa etapa. O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado. Contudo, do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização. A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira.

(44) O acordo expirou em 1842, mas os ingleses conseguiram fazê-lo vigorar até 1844, interpretando a seu favor uma determinada cláusula. As negociações em torno de um novo acordo duraram vários anos, vencendo os brasileiros por paciência e habilidade protelatória.

(45) A receita do governo central se manteve estacionária em todo o período compreendido entre 1829-30 e 1842-43, e duplicou no decênio seguinte.

SEGUNDA PARTE

Economia escravista de agricultura tropical

SÉCULOS XVI e XVII

importados — provocada pela desvalorização externa da moeda — incidiam particularmente sobre a população urbana. A grande classe de senhores agrícolas, que em boa medida se auto-abasteciam em seus domínios e cujos gastos monetários o sistema de trabalho escravo amortecia, era relativamente pouco afetada pelos efeitos das emissões de moeda-papel. Esses efeitos se concentravam sobre as populações urbanas de pequenos comerciantes, empregados públicos e do comércio, militares, etc. Com efeito, a inflação acarretou um empobrecimento dessas classes, o que explica o caráter principalmente urbano das revoltas da época e o acirramento do ódio contra os portugueses, os quais sendo comerciantes eram responsabilizados pelos males que acabrunhavam o povo⁸².

(82) Houve inúmeras revoltas de guarnições militares sem qualquer explicação plausível que não seja o "aumento da indisciplina", na linguagem dos historiadores. "No Pará — diz João Ribeiro — as tropas amotinadas detinham os generais, aprisionavam ou assassinavam os governadores, com o auxílio faccioso de todos os desordeiros e só ao cabo de quatro anos se pôde (...) restabelecer a ordem e o prestígio da autoridade." Em Pernambuco a "tropa saqueou a cidade; a discórdia durou outros tantos anos. (...) No Maranhão, os anarquistas tentaram eliminar o escol da sociedade". *História do Brasil*, 16.^a ed., p. 377-8. O descontentamento contra os portugueses é outra manifestação do mesmo fenômeno, sendo o caso mais notório o da chamada "revolução Praieira" de Pernambuco (1847-48): "Os praiheiros pediam a nacionalização do comércio a varejo, e até a expulsão dos portugueses não-ligados pela família às gentes do Brasil. Ao grito de *mata marinho*! muitos portugueses foram vilmente assassinados em dias de maior tumulto". *Op. cit.*, p. 389.

CAPÍTULO XVIII

CONFRONTO COM O DESENVOLVIMENTO DOS EUA

AS OBSERVAÇÕES ANTERIORES PÕEM em evidência as dificuldades criadas indiretamente, ou agravadas, pelas limitações impostas ao governo brasileiro nos acordos comerciais com a Inglaterra, firmados entre 1810 e 1827. Sem embargo, não parece ter fundamento a crítica corrente que se faz a esses acordos, segundo a qual eles impossibilitaram a industrialização do Brasil nessa etapa, retirando das mãos do governo o instrumento do protecionismo. Observando atentamente o que ocorreu na época, comprova-se que a economia brasileira atravessou uma fase de fortes desequilíbrios, determinados principalmente pela baixa relativa dos preços das exportações e pela tentativa do governo, cujas responsabilidades se haviam avolumado com a independência política, de aumentar sua participação no dispêndio nacional. A exclusão do entreposto português, as maiores facilidades de transporte e comercialização — devidas ao estabelecimento de inúmeras firmas inglesas no país — provocaram uma baixa relativa dos preços das importações e um rápido crescimento da procura de artigos importados. Criou-se, assim, uma forte pressão sobre a balança de pagamentos, que teria de repercutir na taxa de câmbio. Por outro lado, conforme indicamos, a forma como se financiou o *deficit* do governo central veio reforçar enormemente essa pressão sobre a taxa de câmbio. Na ausência de uma corrente substancial de capitais estrangeiros ou de uma expansão adequada das exportações, a pressão teve de resolver-se em depreciação externa da moeda, o que provocou por seu lado um forte aumento relativo dos preços dos produtos importados. Se se houvesse adotado, desde o começo, uma tarifa geral de 50% *ad valorem*, possivelmente o

efeito protecionista não tivesse sido tão grande como resultou ser com a desvalorização da moeda⁸³.

A suposição de que estaria ao alcance do Brasil — na hipótese de total liberdade de ação — adotar uma política idêntica à dos EUA, nessa primeira fase do século XIX⁸⁴, não resiste a uma análise detida dos fatos. Esse problema encerra particular interesse e pode sintetizar-se numa pergunta que muitos homens de pensamento se têm feito no Brasil: por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações européias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida? Superado o fatalismo supersticioso das teorias de inferioridades de clima e “raça”, essa pergunta adquiriu uma significação mais real do ponto de vista econômico. Convém, portanto, que lhe dediquemos alguma atenção.

O desenvolvimento dos EUA, a fins do século XVIII e primeira metade do XIX, constitui um capítulo integrante do desenvolvimento da própria economia européia, sendo em muito menor grau o resultado de medidas internas protecionistas adotadas por essa nação americana. O protecionismo surgiu nos EUA, como sistema geral de política econômica, em etapa já bem avançada do século XIX, quando as bases de sua economia já se haviam consolidado. Pela primeira tarifa norte-americana de 1789, os tecidos de algodão pagavam tão-somente 5% *ad valorem*, e a média para todas as mercadorias era 8,5%⁸⁵. Vários ajustamentos permitiram que a tarifa para tecidos de algodão alcançasse 17,5%, em 1808, época em que a indústria têxtil norte-americana já se podia considerar consolidada.

Para compreender o desenvolvimento dos EUA no período imediato à independência, é necessário ter em conta as peculia-

(83) Admitindo-se que um aumento de cem por cento no preço das mercadorias importadas seja acompanhado de um de 33 por cento no nível geral de preços, o efeito resultante pelo menos é idêntico ao da introdução de uma tarifa aduaneira de 50% *ad valorem*.

(84) Esse ponto de vista, corrente entre os estudiosos da economia brasileira, é esposado, por exemplo, por R. SIMONSEN: “Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por polícias coloniais (alusão de SIMONSEN a um dos discursos da versão portuguesa do Tratado de Comércio de 1810, no qual se traduziu *policy* por *polícia*), tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América”. *Op. cit.*, p. 406.

(85) UGO RABBENO, *The American Commercial Policy*, Londres, 1895, p. 117.

ridades dessa colônia que indicamos nos capítulos V e VI. A época de sua independência, a população norte-americana era mais ou menos da magnitude da do Brasil. As diferenças sociais, entretanto, eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas idéias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo — estímulos diretos às indústrias e não apenas medidas passivas de caráter protecionista⁸⁶ — Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: *deixai fazer, deixai passar, deixai vender*.

As medidas restritivas com respeito à produção manufatureira, que a Inglaterra impunha às suas colônias, na época mercantilista, tiveram de ser aplicadas de forma muito especial nos EUA, pelo simples fato de que o sistema de agricultura de exportação não dera resultado nas colônias do norte. A relação dessas colônias com a Metrópole evoluía num sentido distinto conforme indicamos nos capítulos referidos. As linhas gerais da política inglesa passaram a ser as seguintes: fomentar nas colônias do norte aquelas indústrias que não competissem com as da Metrópole, permitindo a esta reduzir suas importações de outros países; não permitir que a produção manufatureira das mesmas nos demais setores concorresse com as indústrias da Metrópole em outros mercados coloniais. As medidas coercitivas começam a surgir quando as colônias do norte chegam a concorrer com a Metrópole nas exportações de manufaturas⁸⁷. No caso especial

(86) “He (Alexander Hamilton) attached much greater importance to bounties and premiums to be granted directly to the various branches of industries, and insisted on the adoption of them either exclusively or conjointly with customs duties”. UGO RABBENO, *op. cit.*, p. 137.

(87) “The first of those was an act passed in 1699, upon the complaint of English manufacturers and merchants, to the effect that the colonists were exporting wool and woollens to foreign markets in competition with those of Great Britain. (...) In 1732 Parliament prohibited the exportation from one colony to another, or from the colonies to England or Europe,

do aço houve preocupação de dificultar sua produção na colônia, mas em compensação se fomentou a produção do ferro, para permitir à Inglaterra reduzir sua dependência dos países do Báltico. Não é sem razão, portanto, que um dos estudiosos mais criteriosos desta matéria pôde afirmar: "in studying those times, the presumption becomes better defined with every new detail of fact revealed, that upon the whole the industrial development of the colonies was about where it would have been had their economic policies been governed by their own people"⁸⁸. Por outro lado, as próprias colônias, que se defrontam com dificuldades para efetuar as importações de manufaturas de que necessitavam, desde cedo criaram consciência da necessidade de fomentar a produção interna. Já em 1655 Massachusetts passou uma lei obrigando todas as famílias a produzir os tecidos de que necessitassem. Muitas colônias proibiam a exportação de certas matérias-primas, como couros, para que fossem manufaturadas localmente. Por último cabe referir o extraordinário avanço da indústria da construção naval, a qual desempenharia um papel fundamental no desenvolvimento ocorrido na época das guerras napoleônicas. Já antes da independência as três quartas partes do comércio norte-americano se realizavam em seus próprios barcos⁸⁹.

A guerra de independência, cortando por vários anos todo suprimento de manufaturas inglesas, criou um forte estímulo à produção interna, que já dispunha de base para expandir-se. Logo em seguida teve início a etapa de grandes transtornos políticos na Europa, os quais criaram estímulos extraordinários para o desenvolvimento da economia norte-americana. Durante muitos anos os EUA foram a única potência neutra que dispunha de uma grande frota mercante. Com as dificuldades de abastecimento europeu, as Antilhas inglesas e francesas voltam-se para o mercado norte-americano de alimentos. Para que se tenha idéia dessa prosperidade, basta ter em conta que de 1789 a 1810 a frota mercante norte-americana cresceu de 202 mil para 1.425.000 toneladas, e que todos esses barcos eram construídos no país⁹⁰.

of hats manufactured in America." VICTOR S. CLARK, *History of Manufactures in the United States*. 1609-1860, Washington, 1916, p. 22-23.

(88) V. S. CLARK, *op. cit.*, p. 30.

(89) "According to one estimate 30% of the 7,700 vessels flying the British flag in 1775 were American built, and 75% of American commerce were carried in her own bottoms." F. S. SHANNON, *op. cit.*, p. 91.

(90) "From 1795 to 1801 the average net earnings of our merchant marine were supposed to exceed \$32,000,000 a year, which alone would pay

A experiência técnica acumulada desde a época colonial, a lucidez de alguns de seus dirigentes que perceberam o verdadeiro sentido do desenvolvimento econômico que se operava com a revolução industrial, e a grande acumulação de capitais da fase das guerras napoleônicas não seriam, entretanto, suficientes para explicar as transformações desse país na primeira metade do século XIX. Por muito tempo ainda a economia norte-americana dependerá, para desenvolver-se, da exportação de produtos primários. Com efeito, foi como exportadores de uma matéria-prima — o algodão — que os EUA tomaram posição na vanguarda da revolução industrial, praticamente desde os primórdios desta. A revolução industrial, no último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX, consistiu basicamente em profunda transformação da indústria têxtil. É esse um fenômeno fácil de explicar se se tem em conta que os tecidos constituem a principal mercadoria "elaborada" nas sociedades pré-capitalistas. O mercado de tecidos já estava feito, ao passo que o mercado de grande número de outras manufaturas existia apenas em forma embrionária. A primeira etapa da revolução industrial apresenta, na verdade, duas características básicas: a mecanização dos processos manufatureiros da indústria têxtil e a substituição nessa indústria da lã pelo algodão⁹¹, matéria-prima esta última cuja produção se podia expandir mais facilmente. Se à Inglaterra coube a tarefa de introduzir os processos de mecanização, foram os EUA que se incumbiram da segunda: fornecer as quantidades imensas de algodão que permitiriam, em alguns decênios, transformar a fisionomia da oferta de tecidos em todo o mundo. Com efeito, entre 1780 e a metade do século XIX, o consumo anual de algodão pelas fábricas inglesas aumentou de 2.000 toneladas para cerca de 250.000. Essa enorme expansão do consumo de tecidos de algodão não refletia um crescimento autônomo da procura. Foi na verdade conseguido, nessa primeira etapa, principalmente através de uma intensa concorrência às

for more imported goods per capita than the colonists had used prior to the Revolution". V. S. CLARK, *op. cit.*, p. 237.

(91) Esses dois aspectos da revolução industrial são, até certo ponto, inseparáveis, pois a introdução do algodão *per se* facilitou a transformação dos métodos de trabalho. "The cotton industry was specially well adapted as a field for experiments. With regard to the problem of mechanical spinning it afforded specially favourable conditions for inventors. For cotton fiber, being more cohesive and less elastic than wool, is easier to twist and stretch into a continuous thread." PAUL MANTOUX, *Industrial Revolution in the Eighteenth Century*, Londres, 1928, p. 213.

manufaturas locais de base artesanal e através da redução relativa do consumo de outras fibras. O instrumento principal dessa concorrência foi a baixa nos preços: entre o último decênio do século XVIII e a metade do século XIX os preços das manufaturas inglesas de algodão se reduziram de duas terças partes⁹². Ora, essa redução foi, em grande parte, um reflexo da baixa do preço do algodão, que se tornou possível graças a um concurso de circunstâncias que favoreceram a produção em grande escala desse artigo nos EUA⁹³.

O algodão, que chegou a representar mais da metade do valor das exportações dos EUA, constitui o principal fator dinâmico do desenvolvimento da economia norte-americana na primeira metade do século XIX. O seu cultivo permitiu a incorporação de abundantes terras férteis em Alabama, Mississípi, Luisiânia, Arkansas e Flórida, as quais eram utilizadas em forma mais ou menos idêntica ao que ocorreria no Brasil com o café. As formas extensivas de cultura obrigavam a buscar sempre novas terras e a penetrar no interior do continente. E foi principalmente como reflexo desse sistema, em expansão no sul, que se povoou o meio-oeste norte-americano, abrindo-se espaço para as grandes correntes de colonização européia, as quais penetravam no centro do continente subindo os grandes rios que as ligavam com os mercados do sul.

A semelhança do que ocorreu ao Brasil ao se abrirem os portos, a balança comercial dos EUA com a Inglaterra era via de regra deficitária nos primeiros decênios do século XIX. Contudo, esse *deficit*, em vez de pesar sobre o câmbio — como foi o caso no Brasil — e provocar um reajustamento a níveis mais baixos de intercâmbio, tendia a transformar-se em dívidas de médio e longo prazos, invertendo-se em bônus dos governos cen-

(92) Entre 1790-1800 e 1840-50 os preços médios dos tecidos ingleses de algodão se reduziram, na verdade, à quinta parte. Mas, tendo em conta que na primeira etapa houve uma elevação de preços provocada pelas condições anormais do mercado, estimamos a redução, devida à tendência a longo prazo, em dois terços. Para os dados básicos veja-se: W. W. Rostow, *The Process of Economic Growth*, Oxford, 1953, apêndice II.

(93) Estudando este problema com referência ao período 1812-30, W. W. Rostow observa: "Of the decline in cost of n 100 yarn, (...) about two-thirds was accounted for by the fall in raw-material costs. (...) The proportionate contribution to cost reduction of raw-materials is greater in the lower grades of yarn than in the more expensive products: 71 percent for n 40 yarn; only 5 percent for n 250." *Op. cit.*, p. 203-204.

tral e estaduais. Formou-se, assim, quase automaticamente, uma corrente de capitais que seria de importância fundamental para o desenvolvimento do país. Isto foi possível graças à política financeira do Estado, concebida por Hamilton, e à ação pioneira do governo central primeiro e estaduais depois na construção de uma infra-estrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas⁹⁴.

(94) Na primeira metade do século XIX a ação do Estado é fundamental no desenvolvimento norte-americano. É somente na segunda metade do século — quando cresce amplamente a influência dos grandes negócios — que alcança prevalecer a ideologia da não-intromissão do Estado na esfera econômica.